

MEMÓRIA HISTÓRICA SÔBRE SOROCABA (III),

(Continuação).

CAPÍTULO III

TROPEIRISMO. 1a. FASE 1733-1822.

Os cavalos dos campos de Curitiba não eram próprios para tropas cargueiras, principalmente na Serra do Mar, caminho de Santos e na da Mantiqueira, subindo para Minas. A estrada de Goiás, cujas minas de ouro principiaram a atrair moradores desde 1725 era também terrestre. As próprias monções de Cuiabá que partiam todos os anos de Pôrto Feliz e que tiveram a participação de muitos sorocabanos, durando até o comêço do Império, não impediram o transporte por tropas arriadas, pela encruzilhada de Parnaíba no caminho de Goiás, para a segunda metade do século. No norte e no nordeste havia cavalos mais fortes, afeitos ao duro clima e transportavam algodão e carne sêca (mais tarde) do sertão, enquanto o açúcar se arranjava com canoas e carros de bois, mas ainda assim para lá foram muares a tocar engenhos em lugar dos bois e para longas viagens de montaria.

Êsses mures, híbridos de eqüinos e asininos já existiam em quantidade assombrosa nas cochilhas dos atuais Uruguai e Argentina, donde eram exportados para o Perú, dando resultado, inclusive no transporte da prata para os galeões do Atlântico.

A política do país colonizador, Portugal, consistiu em distribuir pelo Brasil as tarefas econômicas, regionalmente, de acôrdo com o meio físico, forçando-o um pouco. O país, principalmente Minas e as cidades que foram crescendo, como o Rio, precisavam de tropas de muares. No sul elas existiam, facilmente obtidas por contrabando ou por limites indecisos, e começar-se-ia a criação no Rio Grande do Sul que estava se fundando. Campos para a criação extensiva havia-os na capitania

de São Paulo, de Sorocaba a Curitiba e Rio Negro, mas lá no sul eram quase de graça e havia a tradição dos homens e o pasto especial, os barreiros dispensando o sal, etc.

Aquilo era ouro andando que vinha para o centro do Brasil. Tanto mais quanto, unindo o útil ao agradável, o impiedoso Governo poria registros, como nas Minas, por aí a dentro e, nova fonte de impostos surgia no orçamento.

Vindo os muares, vieram também os cavalos, mesmo porque Curitiba já não bastava e só os do sul pagavam impostos. Houve, com o tempo, proibições de criar muares fora do Rio Grande do Sul, tão bom era o negócio para El-Rei e os paulistas que, não tendo mais índios a caçar e ouro a descobrir, continuaram andejos nessas viagens que tinham tudo de heróicas, por caminhos e abismos pontilhados de cruces, cada cruz uma tragédia. Esses tropeiros, que sucederam aos bandeirantes, eram sobretudo negociantes e tangedores de muares chucros, e muitos dêles sorocabanos. Os tropeiros de tropa arriada são de todo país, predominantemente da Bahia para o Sul, visto que o Nordeste chama combõeiros aos tocadores de cavalos carregados e, às vêzes, mulas, formando comboios, mais modestos e sem a decantada organização paramilitar da tropa. Os tropeiros de carga, aliás, no século XVIII eram mais conhecidos por condutores. Em linguagem moderna, em Sorocaba se vendiam os meios de transporte (hoje motorizada) que fora daqui se usavam. Naturalmente que há muita analogia entre o tropeiro transportador e o tropeiro vendedor, pois ambos lidam com o mesmo animal. O que busca muares chucros tem muito do gaúcho, do boiadeiro que no sul também é chamado tropeiro, e sua existência é talvez mais perigosa. Sob outro aspecto, um e outro sucedem ao bandeirante, ligando pelos caminhos as terras do interior ao litoral. O bandeirante passa, vai e volta, poucos ficam, todos dependem da ligação com o povoado. Também as tropas carregadas pertencem ao ciclo do tropeirismo sorocabano, porque se desenvolveu aos poucos uma pequena exportação de tecidos grosseiros, junto com gêneros de fora, para Curitiba e pontos intermediários, o que foi aumentado até o tempo da estrada de ferro.

Cristóvão Pereira de Abreu, português, homem de arrojadas iniciativas, morava em Minas, no Rio, na Colônia do Sacramento, em tôda a parte. Negociava com couros, com muares, travestia-se de militar, é um dos fundadores de todo o Rio Grande do Sul, que ligou com o Brasil abrindo uma es-

trada de Laguna a Curitiba (até lá já havia caminho), após uma tentativa anterior que aproveitou em parte. Para tornar lucrativa a si e ao Governo a empresa, reuniu tropeiros castelhanos por uma espécie de contrabando oficial, pois a Colônia do Sacramento, encravada em terras castelhanas, fôra mesmo fundada para negócio dos portugueses com Buenos Aires. Era uma comitiva enorme de soldados, administrados, escravos, peões da Laguna, idem castelhanos, que vinham abrindo a estrada e tocando o gado vacum para alimentação, e cavalos e muar para negócio em Minas Gerais. Era difícil subir a serra e caminhar pelos espigões cobertos de mato, faxinais e campestres (cerrados) até o campo aberto do Rio Negro, donde se chegava ao Iguaçu, nesse ponto chamado rio de Curitiba. Como lembrança dêsse tráfico temos um topônimo: o das Tainhas, porque se perderam dos cargueiros no ribeirão, as tainhas secas da matolotagem. Outro era o dos cachorros, porque a fome dos expedicionários no êrmo, sacrificou êsses amigos do homem. Outro ainda, dos tributos, porque, perto do fim da empreitada, o zeloso Cristóvão fechou os tropeiros num lugar apertado e foi contando a tropa por cabeça e cobrando o imposto.

Concluída a estrada, as tropas continuaram a viagem, deixando os construtores. Por Sorocaba passaram cêrca de 5.000 cabeças de eqüinos e muares, a maioria muares, que todos viram pela primeira vez, menos algum português ou castelhano, se houvesse. Isso foi em 1733.

As tropas continuaram passando anualmente. O governador de São Paulo primeiro encarregou o cel. Melo Rêgo, comandante de Itú, de receber os direitos dos tropeiros, em seguida o cel. Bernardo Antunes Rolim de Moura e seus sucessores em Sorocaba.

Até 1750, porém, os tropeiros pagavam à escôlha, aqui ou em Itú, pois nesse ano Cristóvão Pereira ainda providenciou livros para os assentamentos daquela vila.

E' que pelo Itapeva, Nhaiba, São Roque era permitido viajar para São Paulo, de forma a não passar perto de Itú. As tropas para Goiás que atravessavam mesmo a vila ituana, seriam poucas. Um documento de antes de 1740 fixa o caminho para São Paulo pela fazenda do padre Dr. João Leite a sair atrás da capela de Santo Antônio que era a de Fernão Pais de Barros, ainda existente. Fechava-se áquêle que subia a serra antes de atravessar a vila sorocabana.

Ora, em 4 de março de 1747, Cristóvão Pereira de Abreu, em vista de seus méritos, obtivera do Rei a metade dos direitos dos animais que fôsem tocados do Rio Grande do Sul a São Paulo. Já era tempo de fundar o Registro, pois só havia o de Curitiba, no Iguazú. Quando os vendedores não tinham o dinheiro por ainda não terem vendido a tropa, passavam com uma guia de lá para o pagamento em Sorocaba ou Itú e até na Provedoria da Fazenda, que entre 1748 e 1765 esteve em Santos. Por intermédio de Cristóvão, Itú parece que teria o Registro de Animais. Mas em Sorocaba havia muitos campos afunilando numa ponte. Dava tudo certo e era só fazer um galpão e um portão.

Havia também Luís Teixeira da Silva, português do Pôrto, negociante, que desde 1728 recebera de São Bento um grande quintal na ladeira da Ponte, onde morava, hoje pouco abaixo da nova rua Rodrigues Pacheco. Era casado com Maria de Almeida Leite. Homem devoto do Santíssimo, fornecia óleo de oliveira para a lâmpada na matriz e pediu em testamento aos herdeiros que o fizessem. Teve um filho padre, José Teixeira de Almeida Leme. Faleceu numa quinta-feira santa, a 15 de abril de 1756. A viúva lhe sobreviveu até 1787. Pois bem, êle devia freqüentar o Rio, cujo governador, Gomes Freire de Andrade o era de São Paulo, decaído de suas glórias de capitania e por ser seu amigo. No mesmo documento, que encontramos inédito no Arquivo Nacional em 1942, o Governador criava o Registro de Animais de Sorocaba e o nomeava Provedor, aos 3 de setembro de 1750: para passar visto nas guias de Curitiba a pagar na Provedoria de Santos, e confiscar os animais que viessem a mais das guias

“para o que serão obrigados a buscarem (os tropeiros) a paragem da ponte da vila”.

Sim, foi o rio com a ponte, a única ponte grande desde os campos do sul, o motivo imediato.

O fiel ou tesoureiro foi o ituano Salvador de Oliveira Leme, o Sarutaiá, que assim começou sua vida de homem rico. Havia um pequeno destacamento, uma casa para se escreverem as guias e o portão na cabeceira da ponte para a atual avenida São Paulo, que se chamava estrada ou rua de São Paulo e também rua da Contagem (contava-se a tropa no portão) e é larga porque a movimentação de animais o exigia.

Falecendo Cristóvão Pereira, Jerônimo Côrte-Real o mesmo que como secretário lhe escrevera a doação assinada pelo

Rei, recolheu a herança dos meios direitos, em pagamento de seus serviços à Corôa, como era uso, mas os verdadeiros heróis do caminho e seus freqüentadores nada ganharam do Tesouro Público. Casa Doadada é o nome da detentora dos meios direitos, pois passou em herança. Os funcionários eram os mesmos, no fim é que se acertavam as contas, repartindo o "bolo". Nem uma das metades fazia o menor serviço na estrada que era horrível. A Câmara de Sorocaba e as que foram nascendo pelo caminho, reparavam anualmente, de mão comum, após o tempo das águas, os pontilhões e trechos piores.

Mais ainda. Quando a Câmara de São Paulo se viu obrigada a construir a grande ponte do rio Pinheiros, recorreu à ajuda das que aproveitavam o passo, inclusive Sorocaba. E ainda mais: Sorocaba e as outras, ajudavam a Câmara paulistana a conservar o terrível caminho do Cubatão. A Casa Doadada não seria doada, se fizesse algo...

E quando o famoso terremoto de 1.º de novembro de 1755 destruiu Lisboa, as Câmaras Municipais do Brasil tiveram de auxiliar a sua reconstrução, tirando do pouco que lhes restava, fazendo fintas. A de São Paulo fundou os que ficaram sendo chamados "Novos Impostos" por mais de um século. Para os animais que entravam no seu município, pequenas taxas de 100 e 120 réis por cabeça (vacum e cavalari ou asininos, respectivamente). Ora, onde senão em Sorocaba achar o registro e o funcionalismo já pronto? Sômente o que foi preciso foram livros e talões à parte. E enfim, a taxaçaõ recaía em tôdas as tropas, passassem ou não pela capital.

Entre a passagem da primeira tropa, 1733 e o Registro, 1750, os sorocabanos foram ingressando aos poucos no ciclo do tropeirismo. Naquele ano ainda estavam muitos em Cuiabá e começavam a povoar a Vila Bela do Mato Grosso, outros viajavam em canoas para a guerra dos paiaguás, alguns andavam por Goiás e Minas.

Mas já havia alguns peões que viajavam entre Sorocaba e Curitiba. O domador de cavalos passou a domar burro chucro. O comprador de equinos, comprou muares. Nas viagens de um ano e dois anos do Prata a Minas, faziam daqui uma parada: aqui a tropa invernavam, por chegar magra. Quando começaram as feiras, invernavam tôdas à espera dos compradores. Agora elas passam apenas e deixam problemas de urbanismo.

Não eram muitas tropas por ano. Boiadas, não se sabe. Muares e cavallares até 1822, oscilavam entre 5 000 e 20.000,

umas 30 tropas. Era um belo espetáculo a sua passagem, apesar da poeira.

A vila já começara a estender-se além-ponte, em 1695 havia uma casinha de palha ou sapé junto à ponte. Em 1724 (Livro de Notas no Arquivo Público), João Luís do Passo e sua mulher Luzia de Abreu, venderam por 50.000 réis a João Correia de Oliveira uma casa de taipa e coberta de palha da outra banda do rio de Sorocaba para uma rua deserta, pela mão direita, tudo que se acha da borda do rio Grande para baixo até o ribeirão de Taquarivaí. E' a atual avenida São Paulo e estrada de Itú. Rua deserta, uma só casa. Mas aí por 1733 o futuro capitão-mor José Barros Lima construiu as suas casas à direita da ponte, dando princípio à atual rua cel. Nogueira Padilha. Em 1770 e poucos, João de Almeida Pedroso aforou da Câmara por 120-réis anuais um terreno grande que começava na casa dos Barros Lima e se limitava pela rua São Paulo e a estrada de Votorantim e assim ficou parado todo o bairro de Além-Ponte, menos a estrada e rua da Contagem ou de São Paulo que chegou até perto do Lava-Pés até o fim do século XVIII, como eram prova muitas construções de grossas taipas. O portão da rua dos Morros existia até o século passado, primeiro perto da ponte, depois na altura da atual matriz do Bom Jesus. Pouco mais ou menos de 1780 é a casa de João de Almeida Pedroso, que a fêz com ouro do Paranapanema. Depois de 1800 a chácara dividiu-se em duas, nascendo a Chácara Amarela. De ambos os lados da estrada dos Morros que as dividia em linha reta (daí o belo traçado da rua Cel. Nogueira Padilha, que começou larga por causa das tropas) existia um vale dividindo as chácaras, cujas sedes vêm vencendo o tempo, as chácaras Quinzinho de Barros e Amarela.

Já pouco depois de 1732 surgem reclamações na Câmara pelo estrago das tropas na ponte, que foi reconstruída.

No ano de 1818 a Câmara construiu de nôvo, um pouco acima da antiga, uma ponte de madeira. Contribuíram os "homens bons" e ricos com uma dobra e meia dobra, 25 mil réis e 12\$500.

Nessa época, a rua mons. João Soares e a da Penha mais a Direita (não havia a Brigadeiro Tobias, a da Penha acabando ali pela rua prof. Toledo) estavam povoadas. O sobradinho que resta na primeira (esquina da rua dr. Braguinha) é francamente do século XVIII. Ao findar essa é que a rua Direita chegou à atual Souza Pereira, ao portão do sôgro do primeiro Antônio Lopes, porque no livro do Procurador há ordem de

pagar a primeira desapropriação de que se tem notícia, já com atraso, depois de 1800. Contemporânea é a abertura do resto da rua da matriz até a nova igreja de Santo Antônio, e pelo tipo da construção derrubada, a abertura, pela travessa do Bom Jesus, da rua da Penha à atual Alvaro Soares.

Tem-se, pois, certeza da época da abertura desta última, não só pelas três perpendiculares (matriz, Cel. Benedito Pires), Bom Jesus (Dom Antônio de Alvarenga) e da Passagem das Tropas (Souza Pereira) antes de 1800, mas também pela construção dos extremos: nova capela de Santo Antônio, antes de 1800, e Hospital 1805. As ruas dr. Alvaro Soares e Souza Pereira foram usadas desde cêrca de 1750 como estradas para tirar por fora do centro a passagem turbilhonante do gado vacum, suíno e asinino. Por isso até o meio era larga a rua dr. Alvaro Soares, até que arrumadores querendo transformá-la em rua, a estreitaram. Hoje, a Prefeitura voltou a alargá-la.

O quarteirão maior compreendia a rua dr. Braguinha, rua Mons. Soares, rua do Jogo da Bola (parte da praça Artur Fajardo e rua 15 de Novembro, em cuja esquina o padre vigário Rafael Tobias de Aguiar fêz, lá por 1770, a casa que passou a seu ilustre sobrinho neto). De um pouco antes de 1783 era a casa de Antônio Francisco de Aguiar, feita no quintal do tio padre com a frente para a rua Mons. Soares ou praça Ferreira Braga. E' o primeiro grande senhorio, pois construiu casas baixas de paredes meias até a atual Brigadeiro Tobias, para alugar. Do fôrro de uma passava-se ao de outras. Tinha lojas. O sotão era de um soalho muito forte e servia para guardar os gêneros, com o nome de armazém, com boa escada. Da mesma época havia até 1940 outro armazém numa casa de esquina da rua Santa Clara. Um assoalho forte antes do telhado. Chamavam também sobrado, não diziam sotão, porque podia ser um simples quarto dividido a pouca altura, como havia um na Aparecida.

Em 1728 não havia rua Santa Clara nem Boa Vista (Nogueira Martins). Uma só estrada ligava a praça à Santa Cruz e ao Lageado. Supomos que aquêles que arruaram a vila em 1661, deixaram a abertura da estrada da Boa Vista, que se tornou rua ou começo de rua ao alinharem as duas casas de esquina, uma das quais era do século XVIII. Depois de 1706 as sessões de Câmara já não eram mais na casa de 1661, que fôra derrubada. Na altura do cinema São José atual, atrás, começava o campo que ia encontrar a faixa de mata do rio

além a rua Santa Clara. Um documento fala do tempo em que a cadeia estava no campo. A tradição diz que o pelourinho era na rua Boa Vista onde se alarga em Boa Vista de baixo e Boa Vista de cima. Depois de 1728 certamente alugaram uma casa para cadeia por ali, com tanta maior razão quanta a estrada fronteava o Curral do Conselho (hoje quintal da São Paulo Eletric) e, pelo desbarrancado, as construções seriam em cima. Daí mudarem o pelourinho para a frente dessa cadeia. Em 1812 exigiram um nôvo, mas no mesmo local, pois a ata de ereção não refere o lugar, enquanto o povo o guardou. A cadeia mudara, mas já era ponto central. Ficou ali o pelourinho. Não havia a rua Ubaldino do Amaral nem a Leite Penteado, mas sim o Beco do Inferno (parte da Leite Penteado), que ia acabar no portão do Curral do Conselho.

A rua de Santa Clara foi aberta para abrir perspectiva à igreja daquele nome, que é ainda do Rosário, sendo Santa Clara o convento. A capela do Rosário foi principiada cêrca de 1750. Conhecemos muitas casas setecentistas daquela rua. Ali em 1805 — lemos num depoimento do cartório que em certa noite, após uma reza em casa particular, uma fantasma (no feminino, sim) amedrontou os transeuntes. A casa de esquina com a rua de São Bento conservou rótula até 1940, e era do Sarutaiá, que construiu o sobrado em frente. Se se lembrar que o Sarutaiá, seguindo o costume, conseguiu construir o seu sobrado com frente para uma rua do Rosário (Padre Luís) e esquina para outra (Santa Clara) e que êle comprou por 50.000 réis as taipas da Irmandade do Rosário dos Pretos lá por 1770, tem-se idade mais aproximada de uma rua começada com duas casas do mesmo dono ilustre.

Por que alinharam a igreja na esquina da rua Padre Luís que ficou sendo do Rosário? Porque esta já existia desde o século da fundação, tanto que a travessa da matriz, que a comunica com a praça, já estava de pé em 1724. A casa de esquina com a rua da Penha, onde foi Farmácia Italiana e Farmácia Gomes, era setecentista.

Resta a rua capitão José Dias, paralela à Santa Clara, que não havia. Em seu lugar, uma travessa da rua Santa Clara, transformava-se em caminho logo adiante do trecho correspondente ao primeiro quarteirão e virava em ângulo reto para a Bica de São Bento, no século passado também Bica do Leão. Em 1809 ainda não fôra arrumada até o fim. Chamava-se Rua da Palha, ou da Bica da Palha, nada tendo a ver

senão no fim, com a rua Cel. Moreira César que muito depois teve o nome popular de rua da Bica.

A rua que depois de 1805 ficou se chamando do Hospital, continuava até o rio e os animais podiam sair na ponte, mas por essa época os ricos proprietários da rua Sousa Pereira levaram seus quintais até a margem, precisando a Câmara abrir de novo a rua da Margem lá por 1835, é verdade que sem pagar. Dessa rua desciam dois caminhos para o Supirirí que com o da rua Padre Luís se reuniam no Caminho Fundo, única saída para Ipanema e Pôrto Feliz e os bairros do Ipatinga e Terra Vermelha.

Todo o Supirirí era mato, depois capoeira, enfim brejo, onde a saparia coaxava...

Não é fácil relatar os nomes, já não digo dos peões e domadores anônimos que moravam em ranchos de sapé, de graça, nos campos reúnos, mas os dos primeiros sorocabanos que foram buscar bestas nos campos do sul, parece fora de dúvida, que foram membros da família Antunes Maciel, mostrando que mesmo genealògicamente a sucessão do bandeirante foi recolhida pelo tropeiro.

A dificuldade não diminui quando para os anos de 1766 em diante se podem consultar os recenseamentos, porque diziam apenas "vive de seus negócios". Acontece que não havia legista que não empregasse suas rendas nesse jôgo arriscado, mesmo porque as vendas no varêjo eram a crédito em boa parte, e o crédito existia para as pessoas envolvidas nessas "agências".

Pela crítica do contexto verificamos nos recenseamentos que a palavra tropeiro foi nêles usada só para os condutores de carga. Por exemplo, em Cotia e Santo Amaro moravam tropeiros, no século XVIII, vivendo de transportar cargas a Santos. Pois em 1780, em Sorocaba, residia um só dêsses homens. Chamava-se José Maria de Moura, nascido em 1744, casado com Genoveva Maria, com seis filhos. Possuia 23 bestas muares, que davam no máximo 3 lotes e traziam a Sorocaba "fazendas do mar em fora", cada viagem, 164 arrôbas, inclusive sal. Três cavalos, casa coberta de palha em terreno onde plantava de favor. Enquanto viajava, a lavoura crescia. Tinha quatro escravos, o que dá três tocadores de lote a pau e a pé, e um arrieiro. Era tenente das Ordenanças. Como também "vive de seus negócios" e o movimento é pouco, por certo compra, conduz e vende, freqüentemente. A posse da terra só interessava ao que podia comprar escravos e construir ca-

sa grande. Rancho de sapé era portátil e, se o sesmeiro não dava licença, havia campos abertos do Rei, com muitos capões de mato e aguadas, lindas lagoas azuis.

Nesse ano foi recenseado Joaquim Antunes como ausente. À rubrica “vive de seus negócios”, acrescentou-se: vender cavalos. João Leite de Godói, que possui um sítio por escritura, “vive de conduzir tropas”. E é o capataz que conduz tropas chucras do sul, por conta do capitalista da vila. João Pais vivia de suas viagens.

Os Moura e os Antunes eram primos. A sua árvore genealógica abrange os três estados sulinos.

Em começos do século XVIII veio de Parnaíba a Sorocaba, estabelecendo-se no Nhumirim (campinho) para o lado do Pirapora, Bartolomeu Bueno da Silva, homônimo neto do primeiro e sobrinho do segundo Anhanguera. Acompanhava o sôgro Antônio Rodrigues Penteado, que de Araçariguama viera com negócio e loja. Chamava-se Ana de Almeida Lara a sua espôsa. Em 1724 comprou o sítio do Nhumirim a Simão Bueno da Silva, seu tio, que no ano seguinte foi para o descobrimento de Goiás. Com o dinheiro apurado, Simão adquiriu nos limites de Itú e Araçariguama ou Parnaíba, outro sítio no Piragibú, em 1.º de janeiro de 1725. Casa de três lanços, portas e janelas, 200 braças de testada ribeirão acima, sertão para o Mato Dentro. Tudo por 199\$000.

Em 1761, Maria de Almeida, filha de Bartolomeu e Ana, casou-se em Sorocaba com Pascoal Delgado de Moraes, e a filha dêste casal foi a mulher de Manuel Ribeiro de Almeida, do Juquirí. Eis enfim, os pais de Bento Manuel Ribeiro, caudilho do sul, nascido aqui em 1783 e cujo assento de batismo se perdeu. Aos dois anos de idade seus pais se mudaram para Curitiba, levando a criança no fundo de um jacá, balouçando qual um berço ao passo da mula. Essa família envolvida nos negócios de animais, de Curitiba passou ao Rio Grande do Sul. O marechal não podia nem sequer lembrar-se de Sorocaba e sua formação de herói, ainda que obeso pode explicar-se pelo sangue dos Buenos. A casa talvez seja uma que ainda existia em 1936. No recenseamento de 1780 se vê que Pascoal Delgado, já viúvo, com 61 anos, morava ainda no mesmo bairro (pela comparação com os vizinhos Antunes e Pais), e sua filha Ana Maria, a mãe de Bento Manuel era ainda solteira, de 15 anos devendo ter-se casado pouco depois.

E eis como um herói nacional nasceu ali no Nhumirim.

Em suma, mesmo depois de 1750, quando se criou o Registro, poucos sorocabanos se dedicavam às viagens ao sul, sempre atrapalhadas pelas guerras. O gado vacum que criavam nunca passava das vaquinhas para o leite, raros atingiam mais de vinte cabeças (falta de sal). Dois ou três, em 1780, tinham uma criaçãozinha de cavalos. Em 1777, ou muito perto desse ano, foi o “ano da fome”, como se vê em dívidas sobradas quinze anos depois. A era, é a mesma do Ceará. Tôda a gente lá está bem escrito — vive de suas lavouras ou nada possui. Lavoura de subsistência. Sorocaba, pobríssima, recebia algum tônico pela repartição pública do registro e a passagem das tropas. Ainda não havia exportação de tecidos grossos nem o artesanato do couro. (Supirirí, rio dos Couros, nada tem a ver com os curtumes, e era topônimo índio existente também alhures e possivelmente a idéia que se expressa pelo termo tupí aportuguesado piririca, se referia ao desnível).

Quando então começou a feira de animais?

Depois de 1750, quando o pôsto de fiscalização acostumou os tropeiros a invernaem ou a repousarem dias. Mas êles vinham de Minas ao Uruguai e vice-versa. Demorou a dividirem o trajeto em duas partes, compradores ao norte e vendedores ao sul de Sorocaba. Os livros de antes de 1825, de Registro, se perderam. Os Livros de Notas e até de Polícia de antes de 1800 acham-se amontoados e úmidos no Arquivo Público.

A data mais remota que achamos é de 1789. O infeliz padre Carlos Correia de Toledo e Melo, depondo na inglória devassa da Inconfidência perante juizes sem alma, declarou que os cem homens que oferecera num bilhete ao cel. Freire de Andrade era outra coisa: eram cem cavalos que mandaria comprar mais baratô em Sorocaba. Ele foi coadjutor aqui no ano de 1769, e aqui morou com êle, já vindo casado o seu irmão, também futuro Inconfidente, sargento-mor Luís Vaz de Toledo Piza. Se aqui não se criavam cavalos assim em grande quantidade, logo êles vinham do sul e se havia encôntro de compradores e vendedor, havia feira. Demos-lhe, pois, a era aproximada de 1789.

Na metade do século após a criação do Registro nota-se a união pelos casamentos de gente dos Antunes com famílias, respectivamente, do Rio Grande do Sul e do sul de Minas. E' que os sorocabanos não só antes, mas mesmo depois de haver feira não se limitavam a assistir ou negociar em sua casa.

Iam ao sul, passavam para o centro, retornavam. Por exemplo, o tropeiro negociante de animais, Pedro Antunes Maciel, filho do bandeirante Miguel, teve uma filha casada com um môço de Pouso Alto e um filho, alferes, Luís Antunes Vieira, um tempo aí residente.

E, depois que se abriu a estrada de Laguna, Joana Moreira Maciel, filha do não menos famoso bandeirante Antônio Antunes Maciel, casou-se com João Magalhães, lagunense.

Nas proximidades de 1800 aumentou a feira. E daí em diante vimos no cartório Pedro Coelho inúmeros documentos. Em 1801 o nosso alferes Luís Antunes e seu irmão Antônio deuseram que iam anualmente a São João d'El Rei "com seus negócios", isto é, tropas. O sargento-mor Antônio da Mota Carvão, morador de Paratí, viúvo, em 1798 vira o tropeiro réu em Lorena vendendo bestas. "E o matraquearam, e até os cães da rua o criticaram". O sargento-mor Manuel Ribeiro Pinheiro, morador de Taubaté e natural de Vila Rica depôs que o tal colega estava "esbandalhando" (vender aos bandos) uma tropa que comprou fiada.

Em 1802 foi testemunha num processo entre dois tropeiros, autor José Vaz de Carvalho, capitalista, e réu José Rodrigues Martins, o capataz, o paulistano aqui residente com loja e com negócios de animais. Bento Gonçalves de Oliveira, coronel de milícia, declarou que o autor era da nobreza e "mete grandes negócios nesta capitania". Dera uma casa no Tijuco (Diamantina) ao réu que também negociou com o sargento-mor Antônio de Matos, secretário do governador Luís da Cunha. Ele próprio, cel. Bento Gonçalves, "comprou bestas do réu". Em Minas vivia de "comprar e vender tropas", mas viajava pouco. Comprou ao réu 600 cabeças de bestas a 20 mil réis, as quais vieram do Rio Grande do Sul e chegaram a 12 mil réis. O Martins reservara as 60 melhores cabeças para ir vender em Minas. Aí está o que não é fábula: o tropeiro morava no norte de Minas e na sela. Aí aparece a menção a uma casa no Serro Frio, cujo dono se achava em Goiás. "**Per me una patria libera**" do bração sorocabano não é basófia. O tropeiro unia. No fim do século tinham vindo fixar-se em Sorocaba as famílias sul-mineiras, Pacheco e Mascarenhas, ainda florescentes, tendo principiado no comércio de animais e ambas deitando ramos ao sul. De Santos, da ilha do Paquetá, chegou antes de 1815 o capitão José Gomes Pinheiro, casado em São Paulo com Ana Florisbela Machado, negociante de balcão e de animais, avô de Pinheiro Machado que em 1906

veio do Rio embarcar “na Sorocabana uma tropa de muares do Rio Grande”. Foi tropeiro. Engolfaram-se nos negócios com a tropeirada Francisco Ferreira Braga, Antônio Lopes de Oliveira, recém-chegado, os Loureiro, os Aires, todos. Então a rua da Passagem das Tropas (Sousa Pereira) se chamou também do Comércio.

A riqueza manifestou-se na época de 1800, antes e depois, por nada menos que 14 sobradões de taipa que estudamos em 1940 para ver — alguns por lembrança anterior, todos por documentos — porque ainda em 1819 o sábio Saint-Hilaire só falara em casas térreas.

A moralidade sofria os seus arranhões. Um João Gomes da Costa Guimarães soube, em 1802, que o sal estava muito caro no Rio. Comprou em conta 200 alqueires em Santa Catarina, mas o condutor Francisco José do Passo “os meteu em surrões e vendeu em Lajes”.

“Joaquim Ferreira Batista, natural de Minas Gerais, de presente nesta vila a negócios (maio tempo de feira), diz que lhe roubaram no jôgo 17\$600 mais um par de esporas de prata, um par de estribos de picaria, um chapéu de sol”.

As testemunhas depuseram que êle costumava jogar fazendo maços, furtando cartas, “engaviando” os demais (de gavião ou gávia).

Em 1805, Antônio José Matos, de Cotia, de 35 anos, era negociante de animais em Sorocaba e já residia no largo futuro dos Lopes, com seu negócio. Manuel José de Matos, êste português bracarense, de 50 anos, depõe sôbre uma execução por dívidas.

O fôro civil trabalhava. O capitão Inácio de Almeida Leite negociante de loja e capitalista ficava em Sorocaba enquanto o sócio, Domingos Antunes de Souza viajava e em 1805, estava em Goiás “contratante de animais do continente do sul para esta Capitania”, assim se qualifica o depoente Inácio, que se refere ao dolo dos tropeiros Alexandre Rodrigues Ferreira e Francisco Garcia, que perderam 30 cabeças na serra do Viamão e, reunindo as restantes em Lajes, combinaram vendê-las no sertão da Bahia. O negociante conseguiu comprar-lhes as mulas a 8\$100, valiam agora 10\$000 e 370 eram “marcadas”.

Em suma, em apenas quinze anos ou talvez menos, uns dez, a feira modificou a vida econômica de Sorocaba. O seu

morador mais rico, o Sarutaiá, dono de duas capelas, deixa em 1802 um monte-mor de mais de 30 contos.

Francisco Manuel Machado possuía 31 éguas de ventre a 2\$880 cada uma, um cavalo pastor melado a 6\$920, outro, chita, a 6\$500, 34 potros criolos a 1\$500 cada, 17 potrancas a 2\$400, de 2 anos, sendo as de 1 ano a 1\$000, 12 éguas velhas e “1 companheira égua de ventre” que deve ser a “madrinha”.

Em correlação com a feira desenvolve-se o artesanato de artigos para tropeiros e montarias. Própriamente não há curtumes vendendo couro, mas cada serigoteiro e lombilheiro curte para si. Uma canoa e sobe ou desce o rio, amarrando o couro a uma estaca. O Supirirí também serve. As mulheres tecem baixeiros de lã e rêdes de algodão em teares verticais. Encontram-se homens tecelões, de teares horizontais. A fiação do algodão confere aos sorocabanos o epíteto jocoso de “novelos de fios”.

Eles respondem aos de Itú: mas vocês “são mel do tanque”. De fato, a cana que deu riquezas a Itú e a Pôrto Feliz desde antes de 1800 e cuja cultura foi animada pelo Príncipe Regente, em Sorocaba não encontrava terreno para produção em grande escala. Em 1780 e antes havia algumas moendas, os engenhos de bugio (pelo ronco) para o gasto da casa, açúcar amarelinho ou torrado, rapadura e até mesmo aguardente, pois a palavra “alambique” se junta à “moenda”.

Mas onde o terreno favorecia, e o fazendeiro não se iludia pelas negociatas da feira, aparece a casa grande e senzala como nas regiões açucareiras.

No caminho de Pôrto Feliz, em Caguaçú no ano de 1807 o sargento-mor, Pedro Vaz Botelho comprou um sítio com dois engenhos, um movido a água, outro a bois, com seus regos de água, seus carregadores para as partes montanhosas, casa de morada “com muita catanduva, exceto pequena porção de campo, com piçarra e pedras”. Estava o bom solo no mato já diminuído. Havia uma ponte particular no rio Sorocaba. Ele comprou ao capitão José Pires de Arruda, vizinho de seu irmão Joaquim José de Almeida, tudo por 3.200\$000.

Mais abaixo no mesmo rio, o padre José de Almeida Leme que morava na rua da Ponte, tinha uma engenho menor, com uma caldeira de cobre de três arrôbas e duas menores, cinco juntas de bois. De prata, até colheres de chá. Oratório belíssimo com a porta de vidro, imagens do Crucificado e Nossa Senhora, de prata, ornada de ouro e pedras preciosas, e uma

estampa grande e perfeita de Nossa Senhora com o Menino Deus nos braços.

Na saleta da vila, duas mesas de pé de burro, uma estante com livros, por exemplo, os sermões de Massilon (francês) em 15 volumes, faltando 6 que estavam com o padre Fiuza (sorocabano, vigário de Ouro Fino e primo dêle) e 1 com o padre Luís Gonzaga Rodrigues (paulistano). Havia **Moral Evangélico**, de Nicole, em 6 tomos; **O Ceremonial**, de Azambuja, dicionário francês. No engenho estava seu irmão e sócio, Luís de Almeida Moura. Nunca teve benefício, ou cargo eclesiástico, ordenando-se por devoção êsse filho do capitão-mor José de Almeida Leme. O capitão-mor em 1780 não tinha engenho.

Em 1817 o sargento-mor Américo Antônio Aires tinha um engenho no Caguaçu, terras de 500 braças de testada por 1500 de fundo. Parece o mesmo de Pedro Vaz Botelho, por compra.

No mesmo ano havia sòmente mais os engenhos do capitão-mor Manuel Fabiano de Madureira, no Itapeva, em terras de 600 por 3.000 braças, 28 escravos, por herança do seu pai capitão-mor Cláudio, o de dona Mariana Florianiana de Madureira no Jurupurá (vizinha e irmã) com 23 escravos, 200 braças de testada e 1.500 de fundo, por compra, e o alferes José Luís de Abreu uma engenhoca ou moenda na Cachoeira, com 4 escravos, 200 por 300 braças e outro em Campo Largo, de José Luís Antunes Vieira.

Se o açúcar dava para o gasto, seria por causa das moendas.

Mas a riqueza maior de Sorocaba era mesmo o comércio. O tenente José Mariano de Oliveira negociava desde pelo menos 1807 “em todos os negócios que lhe é possível negociar na carreira desta vila a Curitiba e Rio de Janeiro”. Filho do capitão Francisco Luís de Oliveira, e arrematador de impostos, herdou-lhe a casa da rua da Ponte que fôra de Luís Teixeira da Silva. Um de seus genros, Guimarães, — assim contam os descendentes — ia buscar escravos à África e êle os criava bem na sua fazenda da Aparecida, vindo à vila para serem vistos e vendidos no quintal daquela casa. Outro negociante de escravos, freqüentador do Valongo no Rio, era Manuel Correia, ituano, irmão do futuro Manuel Claudiano de Oliveira, barão de Mogi Mirim. No recenseamento de 1825 ainda é assinalado com êsse título, nada nobiliárquico.

Em 1815 foram criados impostos especiais de lojas, vendas, tabernas e canoas para o Banco do Brasil. Na vila foram arroladas 15 lojas de fazendas sêcas, 3 vendas e 20 tabernas, nos bairros 26 tabernas. Para o efeito do impôsto, taberna

era menos que venda, mas as coisas vendidas eram as mesmas, mais as bebidas, chamadas fazendas molhadas, porque gêneros da terra, até açúcar, todo lavrador tinha e vendia a quem não tivesse. Vendas, eram os armazéns de hoje somente em parte, pois as lojas eram “lojas de fazendas secas e molhadas”, e o armazém era o depósito dos gêneros, sal, açúcar. As lojas eram mais na rua da Passagem das Tropas ou Comércio (Souza Pereira) e rua das Flôres (mons. Soares), algumas na rua Direita e na de São Bento. Uma de São Bento, era de Antônio Bernardo de Azevedo Camelo, tronco dos Mascarenhas, vindo de Campanha do Rio Verde. Na rua das Flôres, por exemplo, as de Américo Antônio Aires e o alferes João Nepomuceno de Souza. Antônio Lopes de Oliveira já estava no seu sobradão do pátio que tomou nome dos Lopes popularmente, hoje Ferreira Braga. Na esquina para a rua das Flôres em pesadona casa térrea de taipa morava Manuel José de Matos, a quem já nos referimos. Continuou-lhe o negócio a corajosa viúva dona Maria José da Silva (Silva Branco, do atual Paraná).

Nas lojas as rendeiras deixavam as suas rêdes à venda. Custavam 5 mil réis. Em nossa infância, um século depois, trinta mil réis.

Com o aumento de freqüência à feira e a liberação das tendas de ourives (em 1780 só havia um) que em 1816 foram também taxados para o Banco do Brasil, aumenta o seu número. São, por ora, apenas quatro mestres, fora oficiais e aprendizes.

Um dêles, Tomé Antônio Pereira, parente próximo do padre Manuel Libório Pereira, viera da Cotia, e era músico.

Após requerimento à Câmara, os ourives punham uma tabuleta. Os da prata trabalhavam muito o ano todo para os seleiros (estribos, guizos, cabos de rêlho e outras peças).

Durante êste período, aprontou-se a capela da Penha, com um contrato em cartório em 1724, para ser a reconstrução feita por André Domingues Vidigal e seu cunhado Timóteo de Oliveira. Pertencia a Sorocaba, no bairro dos Morros, mas passou a São Roque e depois a Ibiúna, sem outra razão que a geografia física, para passar a linha pelas cumiadas. Até 1940 ainda nós a avistamos da praça Fajardo, a 2 léguas. Em baixo havia a casa grande do sítio, talvez do mesmo André, e que em 1900 mais ou menos ainda era de dona Cândida Loureiro, viúva de Paulino Soares do Amaral, irmão de mons. Soares que aí brincava em sua infância. Avista-se da Penha até Piracicaba (isto é, a serra de São Pedro). Não tem moradores junto, senão nas ter-

rãs de Sorocaba, cujos moradores iam festejar a Nossa Senhora da Penha anualmente até o século passado. Via-se de cá a iluminação, ou o clarão dela.

Salvador de Oliveira Leme, o Sarutaiá, comprou por 50 mil réis, como dissemos, as obras principiadas da capela do Rosário à Irmandade do Rosário dos Pretos que a principiaram depois de 1750. Com licença do Bispo, que o nomeou protetor, com direito de sepultura. Lá estão muitos dos Aires enterrados. Em 1767 o Visitador diocesano manda construir nova matriz e que se “trasladasse o Santíssimo para a capela do Rosário depois de acabada e benta”. Perto de 1770 fêz-se a mudança, e a capela, sem o convento aliás, foi matriz provisória até 1783.

O Sarutaiá construiu uma grande capela também em sua fazenda do Pirapora, dedicada a Nossa Senhora das Dôres, após acabar a da vila. Tinha arco-cruzeiro, belas imagens e uma pintura no fôrro da capela-mor pelo mesmo pintor, certamente, que deixou a sua lembrança no fôrro do Rosário ou Santa Clara, agora em vias de desaparecer. Segundo Mário de Andrade, era da escola ituana do padre Jesuíno. Segundo o autor anônimo de **O Arcipreste Anselmo**, 1873, e segundo Dom Duarte, era do pai do mesmo arcipreste, Joaquim Inácio Monteiro. Os dois citados dizem “igreja de Sorocaba” somente. mas nas outras não houve pintura a não ser os Evangelistas da Matriz, que eram de outro autor, medíocre, o baiano Joaquim Soares, amigo do frei Baraúna. Os sinos daquela capela rural tinham a data de 1799.

De 1785, segundo o Livro do Tombo, é a capela de Nossa Senhora Aparecida de Piragibú, bairro que hoje se chama só Aparecida. Mas a construção pode ter continuado algum tempo depois. Fêz-se casa para romeiros e o sacristão era chamado ao gôsto antigo: ermitão. A imagem é uma das cópias da de Aparecida do Norte, pois o fundador, guarda-mor Antônio José da Silva, português, residira em Lorena, de passagem de Minas para Sorocaba. A casa de romeiros é também dos começos. Perdeu-se ou vendeu-se o patrimônio de terras dadas pelo tenente José Mariano de Oliveira, cunhado do pintor Joaquim Inácio, autor possível de uma pintura na antiga sacristia.

A nova capela de Santo Antônio teve provisão de ereção em 1752 em terreno doado por Luís Teixeira da Silva, que aí tinha um potreiro, mas demorou a iniciar-se e não se sabe certo o ano em que foi inaugurada, lá por 1780-1790. Terminou-a João Dias Vieira, casado com dona Mariana Bueno de Camar-

go, residentes na esquina de baixo da rua Alvaro Soares. A viúva resignou a protetoria por ser viúva, isso antes de 1800.

Em 1767, o Visitador Diocesano padre Antônio José de Moraes, escreveu no têrmo de visita:

“Causa lástima ver a pouca devoção dêstes paroquianos, a qual se dá bem a conhecer em sua igreja matriz, que se acha indecente para nela se celebrarem os officios divinos”.

Pela velhice do padre vigário José Manuel de Campos Bocado, nomeou um diretor, José de Arruda, “homem de zêlo” e união com todos os paroquianos, para receber os dinheiros e construir nova igreja de acôrdo com o vigário. De forma que ao diretor e ao vigário incumbiu o bom gôsto do risco e altares que era de um maravilhoso barroco, nada rococó. A fachada ficou sem tôrre por falta de meios e morte do diretor, de forma que não teve a culpa pela falta de estética da tôrre, mais tarde. O frontispício era em linhas barrocas nem tinha a louça azul que chegou, com as linhas retas do século passado, até 1958.

Era igual o interior a de Pôrto Feliz, principiada antes, com os seus corredores e arcos no corpo central, servindo, em baixo para os altares laterais e em cima para as tribunas. Não faltavam os dois altares laterais de viés, entre o arco-cruzeiro e essas paredes internas. Taipa grossa de pilão com pedregulho, madeirame do Mato Dentro. Cêrca de 1770 chegou a imagem nova de Nossa Senhora da Ponte, mas o Livro do Tombo só diz que são do Pôrto os resplendores de prata.

Enquanto se construía a igreja, continuou a servir de cemitério o seu chão, sem falar no adro lateral e fronteiro. Em 1778 Liberata Leme foi enterrada na matriz nova. Em 11 de janeiro de 1783, provisão episcopal para bênção, dada em 9 de fevereiro pelo vigário encomendado Domingos José Coelho, santista, que faleceu em 1806 como cônego do Cabido de São Paulo. A 10, trasladação do Santíssimo Sacramento e imagens da matriz provisória Santa Clara então Rosário, a 11, a primeira missa. Nesse mesmo ano, a pedido da Câmara, repetindo o de 1735, a paróquia ficou colocada, isto é, com vigário perpétuo nomeado e pago pelo Rei (200 mil réis por ano), mas o primeiro nomeado foi o sorocabano, licenciado Antônio Ferreira Prestes. Em 1789, vieram da Bahia as imagens do Senhor do Bom Fim, do Senhor dos Passos e Senhora das Dôres, e em 1812, São José. Em 1819, o fabricanteiro Antônio Bernardo de

Azevedo Camelo, sendo pedreiro principal Joaquim Lustosa, santista, terminaram a torre.

A Irmandade do Rosário dos Pretos, que estava na matriz, passou a construir a atual igreja do Rosário da praça Ferreira Braga, e pilou os muros até uma altura, em 1812. Daí foi aboletar-se no já pronto em Santo Antônio e transformouse na Irmandade de São Benedito.

Desde 1805 as duas netas do falecido Sarutaiá: dona Manoela de Santa Clara e dona Rita de Santa Inês construíam com esmolos o Recolhimento de Santa Clara ao lado da igreja do Rosário. Após muitas dificuldades com o Govêrno Real, que não queria conventos, tendo ido ao Rio e falado com as damas do Paço, conseguiram licença para um recolhimento e educação de meninas, e de fato recebiam meninas, muitas futuras freiras. Elas sabiam escrever. Portanto, no fim do século anterior, os pais de família rica ou remediada já faziam ensinar as filhas. O côro foi inaugurado em agôsto de 1811, com três religiosas e o próprio capelão do convento da Luz o santo frei Galvão, encaminhando as novas recolhidas.

Em 1780 e por aí as reuniões da Câmara eram de nôvo em prédio próprio, talvez alugado. Em 1802 o inventário do Sarutaiá prova que foi êle quem dirigiu as obras da nova Câmara e Cadeia, no local da primeira, mas ficavam por acabar. Em 1805 já se fala nas vizinhas casinhas ou mercado. Por essa época principiou a nova Cadeia e Câmara que já em 1819 estava em reforma. Tinha grades de ferro, duas enxovias la-deando o corpo da guarda, escada. Em cima, salas da Câmara. Sacadas nas portas-janelas.

(Continua).

ALUISIO DE ALMEIDA

do Instituto Histórico e Geográfico de Sorocaba